



ESTIGMA E SUBALTERNIDADE NO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO:
marcas da sociabilidade do *aviamento* na Amazônia brasileira

Carlos Alberto Batista Maciel*
Maria Luiza Nobre Lamarão**

RESUMO

Este artigo discute a possibilidade da correlação entre a sociabilidade presente no sistema de *aviamento* praticado nos séculos XVI a XIX na Amazônia brasileira e sua reprodução nas relações domésticas em crianças e adolescentes que se tornaram “crias”, “criadas”, empregadas em casa de terceiros, como relações de poder estruturadas e estruturantes a partir de uma história incorporada que se objetivou na formação de estigma e subalternidade. Crê-se que são práticas que se reproduzem e se atualizam desde a formação econômica da região até a fase atual de mundialização da economia em uma região periférica como a Amazônia.

Palavras-chave: Trabalho Infantil Doméstico; Amazônia; Subalternidade; Estigma.

ABSTRACT

This article discuss the possibility of the correlation between the sociability in the system of *aviamento* practised in centuries XVI the XIX in the Brazilian Amazon and its reproduction in the domestic relations in children and adolescents who if had become “*crias*”, “servants”, used in house of third, as relations of being able structuralized and structuring from an incorporated history that if objectified in the formation of stigma and subalternity. One believes that they are practical that they multiply and if they bring up to date since the economic formation of the region until the current phase of mundialisation of the economy in a peripheral region as the Amazon.

Keywords: Domestic Child Labor; Amazon; Subalternity; Stigma.

1. INTRODUÇÃO

A formação econômica, política e social do Brasil foi marcada por um processo denominado de modernização tardia ou periférica. No século XVI, enquanto a Europa mercantilista implementava sua economia com políticas de fortalecimento do seu capital mercantil, dentre as quais, a exploração das colônias como fornecedoras de matéria-prima

* Assistente Social. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará – UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Família, Infância e Adolescência – GEPIA e do Programa de Extensão Infância e Adolescência – PIA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, em 2006/2007. Doutor em Sociologia.

** Socióloga. Técnica de Nível Superior da UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Família, Infância e Adolescência – GEPIA e do Programa de Extensão Infância e Adolescência – PIA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, ano 2006/2007.

para sua indústria nascente (HUBERMAN, 1983), o Brasil figurava no mapa das conquistas mercantilistas como fornecedor de produtos, com uma economia baseada puramente no extrativismo.

Nos primeiros 400 anos da colonização, na Amazônia, ocorria a exploração das drogas do sertão, principalmente o cacau e a borracha. As relações que se estabeleciam na extração dos produtos e sua comercialização para a metrópole baseava-se num sistema que prescindia da moeda corrente. Tratava-se de um tipo de fornecimento de créditos conhecido como aviamento. De forma simplificada, o aviamento consistia numa transação comercial na qual o nativo extrator dos produtos entregava sua produção a um intermediário e recebia em troca o pagamento em mercadorias. Praticamente não havia a presença de dinheiro ou seu equivalente (SANTOS, 1980).

Contudo, as relações sociais que se estabeleciam nesse sistema instituíam uma completa subordinação do extrator aos demais membros da cadeia comercial em razão do controle do processo pelo patrão, por meio do preço do produto extraído, do preço das mercadorias recebidas, da administração da contabilidade; do controle da dívida; do controle do transporte, entre outros.

Em que medida essa relação de poder do patrão sobre os trabalhadores e suas famílias pode ter sido instituidora da sociabilidade desses sujeitos pela inculcação de atitudes afirmadoras e reafirmadoras de dominação, a ponto de produzir e reproduzir um *habitus* revelador de estigma e subalternidade? Teria essa sociabilidade sido reproduzida no exercício do trabalho doméstico por crianças e adolescentes em casa de terceiros, como crias, criadas ou empregadas domésticas?

Importa neste artigo, especular sobre as relações que se estabeleceram no sistema de aviamento, sua influência e repercussão na prática de manutenção de crias e criadas da casa até a exploração de crianças e adolescentes no trabalho doméstico como uma atividade calcada em padrões culturais arcaicos e arraigados em um contexto social amazônico, particularmente o paraense, que mantém e tolera essa prática social pela sociedade em geral nos dias atuais.

2.A SOCIABILIDADE DO AVIAMENTO NO TRABALHO DOMÉSTICO: estigma e subalternidade.

Segundo Roberto Santos (1980), o aviamento é um tipo de sistema de créditos informal que existia desde os tempos da Colônia. Vigorou na economia extrativista das drogas do sertão, porém, foi no período de exploração da borracha que esse sistema predominou em razão da importância que a região assumiu como principal exportador de

um produto indispensável ao mercado europeu, devido o processo de industrialização em marcha.

O aviamento trouxe conseqüências sociais amplas na formação da sociabilidade da população cabocla porque estabelecia um alto grau de dependência do trabalhador ao patrão, em uma “contabilidade” que gerava o “debito perpétuo”. O funcionamento desse sistema em uma cadeia vertical reforçava esse nível de exploração.

Refletindo sobre a relação entre o seringalista (patrão) e o aviado ou freguês (extrator) cremos na existência da objetivação de relações sociais de exploração potencializada, particularmente porque estas se fundamentavam na pouca capacidade do trabalhador de enfrentar a relação de dependência a que era submetido no sistema de aviamento. Era de fato, uma população cercada de privações materiais; mal alimentada, sujeita a todo tipo de insalubridade e doenças, com uma taxa de mortalidade acentuada por conta das condições sanitárias e das epidemias, percorrendo trajetos distantes e em condições precárias que, aliado a pouca ou nenhuma instrução escolar, acabava ficando sujeitada a um universo de vulnerabilidades e fragilidades tanto material quanto social. Nessa relação de poder e de dominação da classe patronal sobre os extratores podemos crer na constituição de atitudes subalternizadas dadas a partir da prática do aviamento.

Nossa discussão recai sobre a extensão dessa sociabilidade subalternizada para o campo doméstico, considerando ser a família um espaço social de construção de uma dada sociabilidade, cujo papel estruturador e estruturante (BOURDIEU, 2000; RODRIGUES, 1992) fundam códigos e normas de conduta na vida social, em especial na infância, fase de maior intensidade da interiorização do mundo (BERGER, 1985) a partir da ação instituinte e institucionalizadora da família que produz e reproduz atitudes, ações, padrões de comportamentos e valores que têm de ser firmados e reafirmados continuamente para garantir a manutenção da própria família.

Nesta linha de raciocínio, a construção da subalternidade e do estigma ganha corpo na medida em que a menina, por um lado reproduz a sociabilidade subalternizada dos pais na relação com o patrão aviador e, quando ao ingressar no trabalho doméstico, encontra-se inscrita em sua *hexis* corporal a subalternidade é potencializada pela estruturação em um campo de relações de dominação também patronal. Sua sociabilidade vai sendo construída numa “família de terceiros” na qual ela está na condição de “criada”, “cria da casa”, “empregada” e, por conseguinte, está submetida a um sistema hierarquizado, com regras explícitas ou implícitas, obrigações, obediência de ofício e submissão.

Assim, tende a ocorrer uma dada subalternidade resultante de um processo de dominação pela exploração do trabalho dentro de um processo de socialização primária a que a menina ficou sujeita. Segundo Berger e Luckmann (1985), a socialização primária envolve um intenso processo emocional no qual a criança percebe o mundo em que vive

como o mundo, ou seja, o seu mundo particular é visto como generalidade. É a fase de maior intensidade da interiorização do mundo a partir da ação institucionalizadora da família, em que as ações e os padrões de comportamentos são fixados mais intensamente, ou seja, sedimentados.

Consideramos para efeito de análise, a existência de dois sub-universos sociais: o universo da criada, cria da casa, empregada doméstica e o sub-universo do patrão, o dono da casa. No que se refere ao sub-universo da criada, cria da casa, as referências históricas são freqüentes. Segundo as pesquisadoras Martha Abreu e Alessandra Martinez (1997), grande parte do contingente feminino, estendeu as tarefas domésticas realizadas na própria casa para casa de terceiros, numa nítida prova de herança escravagista, que, no Brasil teve particularidades como a manutenção de crianças filhas de escravas na casa dos senhores, o que explica a existência de um contingente de mulheres ex-escravas e filhas de escravas, confinadas, pela condição econômica, em casa de patrões, como crias, empregadas.

Trazendo essa referência histórica para a região Amazônica, o fenômeno se repete, pois esta região conviveu, por um longo tempo, com o sistema escravagista. Nossa argumentação principal é de que essa relação de dependência e submissão foi potencializada pelo conjunto valorativo – dominação e submissão - do sistema de aviamento. Assim, a existência de “crias da casa” ou simplesmente “criadas” era muito freqüente nesta região. Tratava-se de meninas do interior que passavam a morar com uma família, geralmente na capital. O pesquisador Aldrim Figueiredo em seu estudo sobre Memórias da Infância na Amazônia, faz referência a presença dessas meninas em Belém¹.

Nossa análise orienta-se pelo conceito de dominação definido por Weber (1992):

A dominação, isto é, a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter seu fundamento em diversos motivos de submissão: pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações racionais de vantagens e desvantagens (referente a meios e fins) por parte daquele que obedece; mas também pode depender de um mero “costume”, ou seja, do hábito cego de um comportamento inveterado; ou pode, finalmente, ter o seu fundamento no puro afeto, ou seja, na mera inclinação pessoal do dominado (p. 349).

A partir desse raciocínio, dominação e submissão fazem parte da mesma relação e a obediência é um dos seus componentes básicos. As relações da criada, da cria da casa e/ou da empregada doméstica se desenvolvem numa família, que tem significado diferente para os dois sujeitos. Do ponto de vista da criada, da cria da casa e/ou da empregada doméstica essa é uma “família de terceiros”. Levando-se em conta que a família

¹A família ia completa (para o arraial de Nazaré) e, muitas vezes, as meninas mais ricas levavam consigo, como “acompanhantes”, as “crias da casa” – fosse uma empregada ou uma “irmã adotiva”, revelando um costume muito arraigado não só na Amazônia como em outras partes do Brasil, por meio de uma eficiente “circulação de menores” oriundas de famílias mais pobres. (2000, p. 339 - 340).

é uma instituição também de exercício de poder, a “criada”, a “cria da casa” e/ou da empregada doméstica ao não ser membro da família que trabalha e reside tem duplicadas as probabilidades de sofrer um processo de submissão por meio da imposição de uma disciplina e obediência. Ao mesmo tempo em que tem de submeter-se às regras da instituição, a posição/disposição da menina neste campo institucional não é na condição de membro familiar, mas acessória ao grupo, uma vez que deve servir aos membros deste. Imputa-se uma obediência também porque ela depende do grupo. Via de regra, a menina já traz consigo uma socialização internalizadora da submissão “habituada” no seu universo familiar original, que está inserido em um universo maior – o meio social -, neste caso, o ambiente social do sistema de aviação, no qual as relações entre o trabalhador e o patrão são “aceitas” como relações de submissão naturais.

Portando, a reflexão de Weber, de que essa atitude de submissão decorra de um mero costume oferece pistas para compreender o alcance da relação em que os pais são submissos aos padrões no sistema de aviação. Nessa relação, é “natural” que as futuras criadas, crias da casa, empregadas absorvam essa submissão como legado familiar do tipo de organização social que fazem parte, no caso a Amazônia do sistema de aviação. Por este ângulo, faz sentido a análise de Weber (1992): “a fidelidade inculcada pela educação e pelo hábito nas relações da criança com o chefe da família (...) a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio” (p. 353).

Há também a possibilidade de potencialização da submissão por uma relação de afetividade. A família patronal que se apropria de uma criança para ser cria da casa, criada ou empregada doméstica acena com algum tipo de vantagem. É possível que na subjetividade da menina a vantagem de ser reconhecida como “afilhada”², mas na prática ser a criada, possa ser diluída pela possibilidade de demanda de algum tipo de afeto. Contudo, essa relação é, no mínimo, ambígua, pois o espaço doméstico é um “lócus” fértil para esse tipo de dominação, pois se trata de um espaço em que ocorrem relações de intimidade da família, com contradições próprias da relação de dominação e submissão. Em Fonseca (1993) é possível identificar uma parte dessa relação: “[...] raro é o caso de um filho de criação ser tratado em igualdade de condições com um filho legítimo da família. Quando a criança já é “meio grandinha” (sete ou oito anos) ao chegar na família de criação, sua posição subalterna é um ponto pacífico (p.122)”.

Assim, padrões e patroas passam a ser “tios”, “tias”, “padrinhos”, “madrinhas”, mascarando a dominação presente na relação. Além disso, pode-se dizer que há nessa relação outro tipo de dominação que Weber (1992) denomina de tradicional na qual a legitimidade é mais contundente, pois:

²Termo adotado comumente para identificar a cria da casa, criada, que escamoteia a relação de trabalho como uma relação de afeto gratuito.

...que existe em virtude de crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito tempo existentes. O seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal (...) Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade (...) porque domina as relações (...) é a fidelidade pessoal do servidor (p.351 - 352).

De fato, empiricamente, são inúmeros os exemplos de crias, criadas, empregadas que se mantêm por anos a fio na mesma casa e estabelecem uma relação de fidelidade com os patrões e seus descendentes a ponto de anularem a sua própria vida.

Por último, acrescentamos as reflexões de Bourdieu (2000) sobre campo e *habitus*. Para esse autor, o campo é um espaço de relações sociais que embora não se possa “tocar” como se faz com um espaço geográfico, é tão objetivo quanto este, pois se materializa nas atitudes e ações dos indivíduos desse campo. Esse campo social é multidimensional, portanto permeado de tensões e conflitos porque coexistem uma diversidade de papéis e funções hierarquizadas no qual produzem uma história objetivada e se reproduzem em uma história incorporada, o “*habitus*”.

No campo social do trabalho doméstico a socialização da criança vai sendo construída na história objetivada da família e das relações patronais assim como na ação dos sujeitos que incorporaram essa história e a tornaram *habitus*. Por isso, a perspectiva dada por Bourdieu (2000) da dinâmica das relações se parecerem com um “jogo” no qual o dominado, mesmo sem perceber, alimenta a dominação, se torna importante para entendermos como a subalternidade se constitui ao mesmo tempo em produto de uma história objetivada e de uma história incorporada.

No campo social em que se travam as relações do trabalho doméstico, cremos encontrar um *habitus*, que revela um estigma e uma subalternidade inculcado pela história incorporada dos servos, criados, escravos e empregados domésticos ao mesmo tempo em que incorpora a história de um grupo social, como os extratores e suas famílias. Em nosso ponto de vista, esse *habitus* produz um conjunto de informação social, aqui entendida como:

...uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espíritos, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento (...) é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem (GOFFMAN, 1988, p.52).

Essa informação social é transmitida por meio de signos e símbolos. Se o *habitus* foi constituído da história objetivada da servidão e mais recentemente da submissão no aviamento em que medida pode ser considerado um estigma e uma subalternidade? E quais seriam os signos que denotariam sua visibilidade? Se o estigma tem também visibilidade na expressão corporal, conforme define Goffman (1998), a postura encurvada, o

olhar cabisbaixo, as atitudes de submissão podem ser signos de estigma. Neste caso, o uso de aventais, de toucas, de cabeças raspadas, as mãos calejadas, degradadas pelo uso excessivo em tarefas domésticas são signos que denunciam a sociabilidade e a subalternidade própria do trabalho doméstico.

Essa identidade social, portanto, foi construída historicamente, por meio da história objetivada e da história incorporada de uma classe social e de uma posição social em uma dada classe (BOURDIEU, 1998) como também de um gênero humano ao longo da história da civilização que teve menores possibilidade de acesso ao estudo, à profissionalização, ao saber. Essa condição demarcatória da “mulher – mãe - esposa – submissa” que se contrapõe ao “homem- pai- patrão – dominador” por um lado dicotomiza a compreensão da questão, mas por outro, deixa escapar as raízes históricas desse processo de dominação, que incorporado tendeu a tornar-se naturalizado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, é possível indicar afirmativamente a existência de uma aproximação entre as práticas do sistema de aviação e as práticas de colocação e manutenção de crias, criadas e empregadas domésticas em casa de terceiros. Atitudes típicas de submissão desse segmento perduraram na Amazônia e adentraram na era da economia mundializada com feições novas de um conjunto de relações sociais antigas.

Tanto a prática do aviação era “naturalizada” quanto a exploração de crianças em casa de terceiros se “naturalizou”, de tal forma, que é encarada mais como uma solução do que como um problema social. Houve um processo histórico de incorporação de atitudes subalternizadas que influenciam na decisão da família da menina em lançar mão desse expediente para a sua própria reprodução social até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha e MARTINEZ F. Olhares sobre a Criança no Brasil: Perspectivas Históricas. In: RIZZINI, Irene. **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997. 200p.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 12. ed. RJ: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** – 3. ed. RJ: Bertrand Brasil, 2000.
_____. **Economia das trocas lingüísticas**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memória da Infância na Amazônia. In: Priore, Mary Del. (Org.) **Histórias das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.317 a 346.

FONSECA, Cláudia. Criança, Família e Desigualdade no Brasil. In: Rizzini, Irene (Org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**..Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. 243p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara,1988.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 19. ed.. Rio de Janeiro: Zahar,1983.

RODRIGUES. José Carlos. **Antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova,1992.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia:1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez, 1992.